

FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – EMBAIXADOR

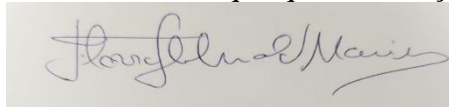
**A AMÉRICA CENTRAL E O CARIBE COMO MACRORREGIÃO ESTRATÉGICA
PARA O BRASIL. ANÁLISE E PROPOSTA DE UMA NOVA AGENDA REGIONAL
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso –Artigo Científico
apresentado à comissão de Avaliação do TCC da Escola
Superior de Guerra – Campus Brasília – como exigência
parcial para obtenção do Certificado de Especialista em
Altos Estudos de Defesa.

Orientador: Professor Doutor Fábio Albergaria de
Queiroz

Brasília
2020

Os TCC, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, são considerados propriedade da Escola Superior de Guerra (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho ou mencioná-los para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos nos TCC são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente qualquer orientação institucional da ESG

A handwritten signature in black ink, reading "Flávio Helmold Macieira", is centered within a light gray rectangular box.

FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA. (ID MRE 6526).

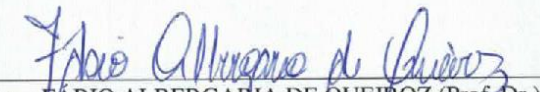
FLAVIO HELMOLD MACIEIRA

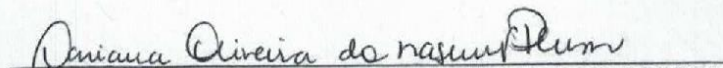
**A AMÉRICA CENTRAL E O CARIBE COMO MACRORREGIÃO
ESTRATÉGICA PARA O BRASIL. ANÁLISE E PROPOSTA DE UMA NOVA
AGENDA REGIONAL BRASILEIRA**

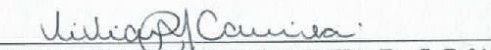
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Superior de
Guerra – Campus Brasília, como
exigência parcial para a obtenção do
título de Especialista em Altos Estudos
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 26 de outubro de 2020


FÁBIO ALBERGARIA DE QUEIROZ (Prof. Dr.)
Orientador


MARIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO PLUM (Prof. MSc.)/ESG-RJ
Avaliador 1


VIVIANE MACHADO CAMINHA (Prof. Dr.º.)
Avaliador 2

Dedicatória:

A Josiane Cotrim Macieira, cuja presença a meu lado ao longo da vida,
tem sido fonte constante de inspiração e estímulo.

Agradecimentos:

Agradeço profundamente aos colegas e amigos que me concederam entrevistas
sobre a temática do trabalho, contribuindo decisivamente para sua concepção e realização.
Embaixadores José Marcos Vinícios de Sousa,
Glivânia Maria de Oliverira,
Márcio Fegundes do Nascimento
e Luciano Helmold Macieira;
e à Assessora de Comércio Internacional Ana Paloma Cedeno Mendes da Silva.

Um especial agradecimento para meu Orientador de Pesquisa,
Professor Doutor Fábio Albergaria de Queiroz, cujas visões e opiniões de altíssima técnica e sabedoria
estimularam-me a levar a cabo este sobrevoou comentado da
América Central e Caribe.

Reconhecimento aos demais integrantes da equipe da ESG,
Diretores, Professores, Palestrantes Externos, Corpo Técnico,
pela dedicação e competência tecnológica,
que permitiram a viabilização do CAED 2020,
superando as condições adversas prevalentes em tempo de pandemia.
Agradecimentos, por fim, pela convivência e estímulo
a todos os colegas da Turma Brasília 60 anos,
fraterna e tenazmente unida em torno do
objetivo de recolher ensinamentos
para melhor servir ao Brasil
nas jornadas do futuro.

A América Central e o Caribe como macrorregião estratégica para o Brasil. Análise e proposta de uma nova agenda regional brasileira

Flávio Helmold Macieira¹

RESUMO

Este artigo analisa fatos e razões que explicam por que a região da América Central e Caribe é altamente estratégica para o Brasil. São propostos renovação e reforço das políticas nacionais de relacionamento com a área. Desenvolvido, metodologicamente, a partir do enquadramento de informações colhidas pelo autor em missões diplomáticas na América Central, o trabalho busca fundamento teórico em conceitos da Escola de Copenhague, da Escola Neoliberal e da Teoria da Dependência. Por sua localização geográfica, a Costa Norte brasileira – área de contato entre a Amazônia Verde e a Amazônia Azul – interage com a Bacia Caribenha. A região centro-americana e caribenha e as rotas aéreas e marítimas que a cruzam são de vital importância para o comércio brasileiro e a conectividade do país com os EUA e a Ásia. O artigo formula uma agenda de reforço do relacionamento brasileiro com a região em áreas como: diplomacia tradicional, cooperação em matéria de segurança, temas militares, comércio e transportes, inteligência financeira, cooperação técnica, meio ambiente. Incrementando sua presença interativa na região o Brasil obedece a determinantes históricas e atende a expectativas da própria região. A *Intelligentsia* brasileira é convidada a aprofundar as propostas do Artigo que visam à elaboração uma nova política de relacionamento com a América Central e o Caribe. **Palavras-chave:** Brasil. Estratégia. América Central. Caribe. Canal do Panamá. Amazônia.

Central America and the Caribbean as a strategic macroregion for Brazil. Analysis and propositions aiming at a new regional Brazilian agenda

ABSTRACT

This Article presents facts and reasons that explain why the Central American and Caribbean region is highly strategic for Brazil. It proposes a renewal and reinforcement of national policies towards the area. Field observations made by the author in diplomatic missions in Central America set the basis for the analysis. The work's theoretical framework assembles concepts from the Copenhagen School, the Neoliberal School and Dependency Theory. Through its Northern Coast Line, which connects the "Green Amazon" to the "Blue Amazon", Brazil interacts with the Caribbean Basin. Central American and Caribbean and its aerial and maritime routes are vital for Brazilian trade and Brazilian access to the USA and Asia. The Article proposes an agenda of measures aimed at reinforcing Brazilian relationship with the region in such fields as: traditional diplomacy, cooperation in the security field, military subjects, trade and transports, financial intelligence, technical cooperation, environment. By intensifying its presence in that region, Brazil responds to historic reasons and to the interests of the regional players. The Brazilian *Intelligentsia* is invited to further deepen the Article's proposals for a new relationship policy towards Central America and Caribbean.

Keywords: Brazil. Strategy. Central America. Caribbean. Panama Canal. Amazon.

¹Diplomata. Ministro de Primeira Classe. Ex-Embaixador em Manágua, Oslo e Cidade do Panamá. Trabalho de Conclusão de Curso.

1. Introdução

Este artigo analisa a importância estratégica que a região centro-americana (em suas porções continental e oceânica/insular)² assume para o Brasil, com vistas a sugerir atualização da política brasileira para a região. A ideia norteadora da cadeia causal é a de que o Governo brasileiro necessita atribuir prioridade reforçada ao relacionamento com aquela região, passando a considerar a ACC, e tratá-la concretamente, como parte da área de projeção geopolítica imediata do Brasil. Essa nova priorização está recomendada pela Estratégia Nacional de Defesa (END) e pelo Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN).³ O trabalho incorpora a premissa de que a presença diplomática nacional na região, conquanto consolidada, geograficamente ampla⁴ e funcionalmente operosa, não se afigura, em si, suficiente para conferir padrão *estratégico e prioritário* à política relacional brasileira para com a ACC. A agenda para a área deve tornar-se multidisciplinar expandindo-se para além da área puramente diplomática, e passando a envolver mais intensamente temáticas (militar, de transportes e conexões, científica, ambiental, econômica, securitária) componentes de um quadro relacional intensificado e ampliado. A natural “pergunta de pesquisa” que estrutura o trabalho pode ser traduzida em “por que a ACC é estratégica para o Brasil e como deve ser reforçada a agenda relacional brasileira para com a região?” Em termos clássicos de “cadeia causal”, a análise terá como variável dependente o exame da relação Brasil-ACC – um “estudo de caso” apontado a uma nova visão brasileira para com a ACC. Como variáveis independentes, figuram entre outras, um exame das características da região, seus processos integradores, suas referências históricas, e ainda da influência regional norte-americana, e dos processos integradores mesoamericanos, de forma a compor um quadro relacional intensificado e ampliado.

A proposta epistemológica é a de, inicialmente, identificar as razões que tornam a vizinha região ACC estratégica para o Brasil e recomendam maior atenção aos temas a ela

² Ao longo do texto, para prevenir repetições, será frequentemente utilizada a abreviatura ACC, para América Central e Caribe. A forma “Antilhas” e o adjetivo “antilhano/a” serão eventualmente utilizados para denominar os territórios insulares do Caribe. O termo Mesoamérica será empregado como sinônimo de ACC – um indicador completo da região centro-americana com seus mares e terras. ACC e Mesoamérica não se confundem com o conceito maior de Bacia do Caribe pois este inclui as terras ribeirinhas continentais ao Norte e ao Sul, abrangendo países de grande peso e extensão - Brasil, Colômbia, EUA, México e Venezuela – e ainda a Guiana e o Suriname. Bacia do Caribe, *lato sensu*, é, porém, conceito fundamental para estudo de aspectos regionais em perspectiva ampliada.

³ “Em termos geopolíticos, o Brasil dá prioridade a seu entorno imediato, definido como “estratégico”, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártica. [...] Entretanto, a proximidade do mar do Caribe e da América Central demanda atenção crescente a essas regiões”. *In: Livro branco da defesa nacional*. p. 14. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/LIVRO_BRANCO.pdf. Acesso em: 10 abr.2020.

⁴ O Brasil mantém relações diplomáticas tradicionais com o Istmo centro-americano, com embaixadas em todos os países continentais. Conta, igualmente, com rede de oito embaixadas em países insulares no Caribe: Bahamas; Barbados; Cuba; Haiti; Jamaica; República Dominicana; Santa Lúcia; e Trinidad e Tobago.

atinentes. Conclusivamente, serão formuladas sugestões de ideias e abordagens que possam conferir concretude à recomendação destacada da END e do LBDN. O trabalho propõe-se analítico e propositivo, tratando de forma sumária a exposição de dados eventualmente necessária à compreensão da temática abordada. Expõe, por outro lado, a síntese de observações empíricas realizadas, pelo autor, na chefia de duas embaixadas na América Central: Manágua (2009 a 2012) e Cidade do Panamá (2016 a 2018).

2. Marco teórico e metodologia da pesquisa.

O referencial teórico do trabalho conjuga formulações da teoria das relações internacionais, da geopolítica e do planejamento estratégico brasileiro. Subjacentes à concepção do estudo, encontram-se concepções de três correntes clássicas de pensamento na disciplina de Relações Internacionais: 1) a Escola de Copenhague – renovadora do embasamento conceitual em matéria de Estudos Estratégicos; 2) O Neoliberalismo, na concepção de Robert Keohane e Joseph Nye (KEOHANE; NYE, 1989); e 3) a Teoria da Dependência, tal como formulada por Teothônio dos Santos e André Gunder Frank (DOS SANTOS, 1970; MACIEIRA, 2002).

No cenário teórico da Escola de Copenhague, a concepção deste estudo remete à “teoria dos complexos regionais de segurança” desenvolvida por Barry Buzan e Ole Waever⁵. Segundo essa formulação, na fase de Pós-guerra Fria, verificou-se uma “compartimentalização geográfica” da política externa, no tocante aos temas securitários, com formação de Complexos Regionais de Segurança (CRS). Note-se que, nesse quadro teórico, a América Central e o Caribe não se destacam como um CRS à parte. Sujeita ao *overlay* (superposição) do poder norte-americano na região, a macrorregião comporia um *subsetor* do complexo da América do Norte, ainda que exibindo ligações históricas e relacionais intensas com o CRS da América do Sul; 2) o neoliberalismo em política externa de Keohane e Nye estuda os efeitos da dependência profunda (ou “interdependência complexa”,⁶ no jargão que utilizam) entre unidades político-geográficas das relações internacionais. Essa forma de identificar relacionamentos prioritários entre nações é particularmente útil na análise da América Central e Caribe. Em primeiro lugar, existem tramas de interdependência complexa – histórica e multissetorial – entre países em cada

⁵ No livro *Regions and Powers: the structure of international security*. (BUZAN; WAEVER, 2003).

⁶ Referindo-se à Interdependência Complexa e partindo das concepções de Keohane e Nye, Gilberto Sarfati, em **Teorias de Relações Internacionais** nomeia três características descritivas do fenômeno: 1) a existência de canais múltiplos de relações entre as elites governamentais, não-governamentais e as organizações transnacionais. Esses canais abrangem relações interestatais, transestatais e transnacionais; 2) A ausência de hierarquia entre os assuntos: tornando-se cada vez mais complexa, a agenda internacional envolve assuntos múltiplos, onde estão envolvidos muitos aspectos e não apenas os militares. Não há hierarquia entre os assuntos militares e não-militares; 3) O papel menor da força militar: os Estados acumulam poder por meios não militares, como por exemplo com a atuação de empresas multinacionais. As disputas econômicas tendem a prevalecer sobre as militares (SARFATI, 2005).

uma das duas sub-regiões. Por outro lado, o conjunto centro-americano-caribenho e o poder central norte-americano relacionam-se de forma intensa e desigual, porém interdependente, dada a importância da região mesoamericana para a defesa norte-americana. O relacionamento da região com centros de poder alternativos aos EUA, funciona como fator de relativa mitigação do relacionamento privilegiado e desigual mantido com aquela superpotência. Esses polos de relacionamento alternativo tanto se encontram na América do Sul (Brasil, Colômbia e Venezuela), quanto no próprio contexto centro-americano-caribenho (México⁷ e Cuba), quanto, ainda, fora das Américas (Europa Ocidental e, nos casos cubano e venezuelano também a Federação da Rússia e República Popular da China). A Teoria da Dependência, por seu turno, descreve mecanismos interativos que atrelam países ditos “periféricos” a países ditos “centrais” em quadros persistentes de relacionamento desigual. Revela-se útil para instrumentar a reflexão sobre as raízes do subdesenvolvimento e o relacionamento da Mesoamérica com os EUA.

Ainda no terreno teórico, o trabalho recorre à herança dos geopolíticos brasileiros que preconizaram incremento da atenção diplo-estratégica do Brasil aos mares e ao Istmo de ligação entre as Américas do Norte e do Sul. Golbery do Couto e Silva, por exemplo, singulariza a América do Sul juntamente com a ACC, como um dos “centros” de poder em que se dividia o mundo Pós-Guerra (COUTO e SILVA, 1981).

Um conjunto referencial de diplomas legais brasileiros (PND, END e LDBDN) igualmente incorpora a determinação de tratamento da ACC como área *estratégica* prioritária para o Brasil. Coerentemente, a Constituição Federal consagra, em seu Capítulo IV, o ideal de construção de uma comunidade de países latino-americanos – preceito que abrange países de formação latina da América Central e Caribe, e que, em perspectiva interpretativa, pode incluir igualmente os países caribenhos não-latinos, porém histórica e geopoliticamente integrantes do que se pode chamar de “complexo político da América do Sul e do Caribe”.

Cabe assinalar, por fim que, ao longo deste estudo, a presença dos EUA na região do Istmo e do Mar do Caribe, por ser dominante e tradicional, funcionará, metodologicamente, como um marco frequente de comparação.⁸

3. A América Central e o Caribe. Complexidades e convergência.

Uma sucinta alusão às características geográficas, políticas, humanas e econômicas da

⁷ Sendo o México um país ao mesmo tempo norte e centro-americano.

⁸ A metodologia de pesquisa alinhou tanto a consulta à literatura de Estudos Estratégicos como a documentos primários sobre o relacionamento entre o Brasil e a ACC, além de portais de informação especializados. Na coleta de referências o autor realizou entrevistas com ex-Embaixador do Brasil em Trinidad e Tobago e na República Dominicana, os Embaixadores do Brasil no Panamá e em Belize, com o Chefe do Departamento de América Central e Caribe do MRE, e com a Consultora Econômica da Embaixada do Brasil no Panamá.

ACC evidencia diferenças e convergências entre os dois conjuntos e pode explicar a interação relativamente reduzida que mantêm. Geograficamente, a América Central se apresenta como uma área continental estreita, com duas costas oceânicas, planícies costeiras e uma cadeia montanhosa central – parte de um sistema que se estende longitudinalmente por todo o hemisfério americano, com ocorrência frequente de atividade vulcânica e sísmica. Por sua vez, o Caribe é uma região oceânica em que afloram mais de sete mil ilhas, de variada dimensão, formadas por cadeias montanhosas submarinas igualmente afetadas por tectonismo. Encimadas, em geral, por zonas montanhosas centrais, as grandes ilhas tendem a apresentar áreas costeiras ou interiores planas e passíveis de ocupação humana e cultivo. As chamadas “pequenas Antilhas” não costumam ser aptas ao cultivo em regime de *plantation* (a exceção notável é a Ilha de Trinidad). Tanto o Istmo como as Antilhas, caracterizam-se por uma rica biodiversidade, aliás semelhante, na parte continental, à existente na Amazônia⁹ e, portanto, apta a inspirar programas de cooperação em conservação ambiental entre o Brasil e os países da área ACC. O entorno marinho das duas regiões é único e partilhado, o que lhes impõe a crucial necessidade de cooperação em matéria de meio-ambiente.¹⁰

Istmo e área insular têm clima quente, com ocorrência eventual de tempestades tropicais e furacões. Em termos de geografia política, as duas regiões exibem mais disparidades que semelhanças. A América Central continental (México excluído, muito embora conte com uma área ístmica) divide-se em sete Estados de dimensões relativamente reduzidas – inexistindo, porém, no Istmo, microestados semelhantes aos que existem na região insular caribenha. Nesta, figuram treze Estados independentes e doze territórios politicamente dependentes de países extrarregionais. A população agregada do Istmo se eleva a mais de quarenta e sete milhões de habitantes, enquanto a região insular abriga um total próximo a quarenta e cinco milhões de habitantes. A população das duas áreas compõe-se - em variável proporção, e com faixas amplas de miscigenação - de descendentes hispânicos (e outros europeus), indígenas, africanos e asiáticos.¹¹ As sociedades continentais diferem das insulares pela dimensão da componente indígena. No Caribe, a diferença marcante provém da adicional herança étnica britânica, francesa, holandesa e indiana.

⁹ Recorde-se, a propósito, o papel do “jaguar” (onça pintada), na cosmogonia dos povos centro-americanos.

¹⁰ Citem-se dois exemplos críticos de danos ambientais regionais com potencial de afetação de vastas regiões marítimas partilhadas: 1) o surgimento de uma intensa praga de algas, nas costas do México, em 2019 – que foi atribuída por algumas fontes a desequilíbrios causados por sedimentos amazônicos carregados de produtos químicos de uso agrícola; 2) a documentada presença, ao largo de Honduras e Guatemala, de uma colossal massa de detritos flutuantes – com ameaça contaminante que pesa sobre as regiões contíguas.

¹¹ Em configuração que recorda a brasileira (substituída a componente hispânica pela portuguesa), o que constitui um ponto de contato de fundamental importância, no plano etnocultural, entre o Brasil e a ACC.

Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que o subdesenvolvimento ainda perpassa o entorno mesoamericano¹², muito embora diversos países e territórios dessa macrorregião¹³ escapem dessa classificação pelo critério de renda per capita. São muito pronunciadas as carências produtivas regionais, dada a escala reduzida que predomina nas economias nacionais. A busca de uma escala econômica ampliada explica porque, nas duas sub-regiões, vicejam organismos internacionais voltados para a integração econômico-comercial: respectivamente o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), com os sete países do Istmo e a presença da República Dominicana como membro-associado, o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), do qual participam quinze Estados e cinco territórios não-independentes¹⁴, e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), com seis Estados-Membros, um território não autônomo (Montserrat, R.U.) com status de membro e três territórios igualmente não autônomos com status de *associados*.¹⁵

Trata-se, em resumo, de regiões que, partilhando o mesmo conjunto geográfico, possuem características distintas (continente e ilhas). Circunscritas à área do dólar e à órbita da economia norte-americana, mantêm arranjos de livre-comércio com os EUA, resultantes de uma longa história de relacionamento político-econômico profundo com aquele país. Exibem, ainda, como traço comum de inserção internacional, projetos próprios de integração econômica.

4. A Mesoamérica como região estratégica para o Brasil. Alinhamento de razões.

Este capítulo descreverá um elenco de razões que tornam a região da ACC “estratégica” para o Brasil. Com base nesse levantamento, serão, em capítulo subsequente, propostas medidas para a intensificação da presença e projeção brasileiras na região.

4.1. Contiguidade geográfica Brasil-ACC e localização do litoral Norte brasileiro.

Para ressaltar a importância estratégica da América Central e Caribe Insular para o Brasil basta recordar que o litoral norte brasileiro faz parte da ampla *Bacia do Caribe*. A proximidade e comunicabilidade entre o território brasileiro e a região mesoamericana e, ainda, a posição geográfica daquela região – também situada na Bacia do Caribe, e postada entre as duas grandes massas continentais das Américas - são fatores de base, geográfica e geopoliticamente incontornáveis, que lhe conferem importância estratégica para o Brasil. É

¹² Três dos países mais pobres das Américas ali se encontram, a saber: o insular Haiti e os continentais Honduras e Nicarágua.

¹³ Costa Rica e Panamá no Continente, e a maior parte dos países e territórios antilhanos.

¹⁴ Duas das maiores economias do Caribe – Cuba e República Dominicana - não participam diretamente do CARICOM, mas mantêm, com o organismo, acordo de relacionamento especial. Por outro lado, o CARICOM conta com a participação de dois países sul-americanos: a Guiana e o Suriname.

impossível considerarem-se adequadamente itens como securitização e vigilância do território nacional, navegação marítima e aérea interamericana, ou ainda equilíbrio migratório regional, sem consideração da ACC e dos processos interativos que ocorrem na macrorregião da Bacia do Caribe.¹⁶ Na consideração da ACC, a referência a evocar é a de uma “vizinhança de além mar”, semelhante à que aproxima o Brasil da África Ocidental - plenamente reconhecida e incorporada às reflexões geopolíticas e ao planejamento diplo-estratégico brasileiro.¹⁷

Essa proximidade se afigura ainda mais significativa quando se observa que a fachada marítima do Alto Norte brasileiro, compreendendo as costas do Amapá e do Pará, torna contíguas, no Brasil, duas áreas geográficas de importância geograficamente *identitárias* para o país: a região amazônica *Amazônia Verde* e sua congênere metafórica – a *Amazônia Azul*, das águas territoriais e patrimoniais brasileiras. O litoral da região¹⁸ toma a forma de um caprichoso *crescente bi-amazônico* que percorre a margem sul do Mar do Caribe. Sua posição geográfica é mais que estratégica – é *vital*, do ponto de vista da preservação da soberania nacional. Como assinala o Embaixador José Marcos Vinicius de Sousa,¹⁹ profundo conhecedor de temas mesoamericanos, o Brasil pode ser considerado um “país caribenho”, de pleno direito, ao contar com esse litoral que estabelece *janela de comunicação* entre o *hinterland* brasileiro e o Mar do Caribe. Recorde-se, ademais, que ao centro do *crescente bi-amazônico*, se situa a embocadura do Amazonas (joia maior do colossal patrimônio hídrico brasileiro) – estratégica porta de entrada para o coração da Amazônia brasileira e para o sistema de comunicação fluvial do país. Diante desse quadro de importância e complexidade geopolítica, desde o Brasil/Colônia e Império, a região acolhe presença militar preventiva e dissuasória a qual se sugere reforçar e atualizar.

Sempre no plano estratégico, recorde-se, também, que a faixa litorânea *bi-amazônica* está situada entre dois centros lançadores de veículos espaciais de importância global (um deles

¹⁶ Como já se mencionou, em sentido amplo, a Bacia do Caribe não se restringe à América Central e ilhas do Caribe. Brasil, Colômbia, EUA, México, Venezuela também são “países caribenhos”, *lato sensu*. Possuem litoral na Bacia do Caribe e estão envolvidos nas dinâmicas interativas, demográficas e econômicas da região.

¹⁷ Sem esquecer que, se a *Geografia* registra a proximidade física do Brasil e da América Central e Caribe, recomendando uma priorização mais intensa, pelo planejamento brasileiro, das relações com aquela área vizinha, também a *História* estabelece identidade forte entre as duas regiões. Em tempos pré-históricos, pelo Istmo centro-americano transitaram, no sentido Norte-Sul, os antepassados das populações indígenas brasileiras, garantindo o povoamento original do território onde hoje se localiza o Brasil, com uma das componentes étnicas fundamentais de nossa população atual. Por outro lado, os topônimos “Caribe” e “Caraíbas” remetem ao povo do mesmo nome que habitava a região do Caribe antes da chegada dos espanhóis e britânicos e que se originava do Norte da América do Sul – Região Amazônica,

¹⁸ Essa faixa litorânea, prima, em geral, pela baixa ocupação humana e atividade econômica esparsa. Exibe, porém, óbvio potencial de ativação produtiva a ser realizada dentro de padrões de conservação e sustentabilidade, tanto no continente-Brasil quanto no mar-Brasil.

¹⁹ Ex-titular das Embaixadas do Brasil em Trinidad e São Domingos. Entrevistado para a composição deste texto em 28 agosto de 2020.

em funcionamento, o outro em processo de elevação de capacidades): a base francesa de Corou, na Guiana Francesa, e a base brasileira de Alcântara, no Estado do Maranhão. A sensibilidade estratégica dessa localização, transforma a região em área de seguimento de atividades espaciais, com implicações evidentes para a defesa nacional. Essas razões levam a considerar medida da mais alta significação e alcance estratégico a criação, em 26 de janeiro de 2018, da chamada “Brigada da Foz” – 22ª Segunda Brigada de Infantaria da Selva, vinculada ao Comando Militar do Norte.

4.2. A ACC na confluência das rotas internacionais de transporte.

Conforme mencionado, a região ACC é *estratégica* para o Brasil por sua importância para a circulação intercontinental de pessoas (principalmente por via aérea) e mercadorias (principalmente por mar), aliada a facilidades logísticas²⁰. Na vertente da circulação marítima, destaque especial merecem a República do Panamá e o Canal que possui – construído no início do Século XX pelo engenho e capacidade empreendedora norte-americanos e transferido à plena soberania panamenha ao final de 1999.²¹ Exportadores e importadores brasileiros beneficiam-se da existência do canal, mesmo que as estatísticas oficiais divulgadas pela Autoridade do Canal do Panamá (ACP) indiquem uso reduzido da via por navios brasileiros.

Na verdade, as estatísticas da ACP mascaram a efetiva utilização brasileira da via canalina uma vez que a maior parte dos fluxos ali registrados, de mercadorias originadas do Brasil ou destinadas a portos nacionais, ocorre em navios de bandeira estrangeira.²² Particularmente importante é o volume de grãos e minérios exportados, via canal, do Brasil para países asiáticos, em particular a China.²³ A ampliação do Canal do Panamá, inaugurada em 2016, ao permitir o trânsito de navios com até duzentas mil toneladas de carga, incrementou a competitividade dos portos no Norte e Nordeste brasileiros para escoamento da produção brasileira de grãos. Em 2015, portanto em momento absolutamente oportuno, entrou em

²⁰ O Canal do Panamá, além de proporcionar a via de passagem interoceânica, dá origem, em território panamenho, a um consolidado polo de armazenagem e entrepostagem de mercadorias bem como de provimento de serviços e seguros marítimos e, ainda, de aluguel de equipamentos navais e petrolíferos.

²¹ Recentemente ampliado permite, segundo o Fórum Econômico Mundial, a circulação de aproximadamente 5% do tráfego mundial de mercadorias. Opera em competição com o Canal de Suez e com as difíceis rotas austrais, contribuindo decisivamente para assegurar o trânsito de comércio entre Ocidente e Oriente (e, portanto, entre os mercados brasileiro e asiático).

²² Assinale-se, a inexistência, na atualidade, de firma nacional de grande porte, operadora de frete marítimo.

²³ Segundo estatísticas da ACP, circularam pela via 18,7 milhões de toneladas de carga proveniente da Costa Leste Sul-americana no ano de 2019. Não obstante, o Brasil não aparece entre os 15 maiores utilizadores do canal (números de 2019), que levam em consideração trânsito por bandeira. O crescente interesse pela via do canal nos portos setentrionais do Brasil pode ser ilustrado pela assinatura, entre 2018 e 2019, de quatro Convênios/Memorandos de Intercâmbio de informações entre entidades brasileiras (Aprosoja Mato Grosso, Aprosoja Brasil, Porto do Itaqui e Porto de Suape) e a Autoridade do Canal do Panamá.

operação o novo Terminal de Grãos do Porto de Itaqui, no Maranhão. O portal *Maranhão hoje* anunciou, em fevereiro de 2019, que no ano anterior, Itaqui figurou como maior porto exportador de soja (por volume embarcado) do país. Portos internos no Amazonas, Belém/Barcarema e Santarém, despontam também como locais de exportação graneleira para o Oriente via Canal do Panamá (CANAL RURAL, 2020).²⁴ O volume exportado para o Oriente, em Suape, Pernambuco, também exhibe tendência a elevação desde a expansão do canal panamenho (SUAPE, 2020). Ainda no plano da navegação marítima, cabe recordar que não apenas a passagem pela via interoceânica torna a região ACC estratégica para a economia brasileira. Circulam, igualmente, pelo Caribe os fluxos interamericanos de, e para, a Costa Leste dos EUA. Conforme já mencionado, no tocante à navegação aérea a região também se afigura vital para o Brasil já que é atravessada pelas rotas interamericanas. As vertentes marítima e aérea de circulação fazem da ACC elo essencial entre o Brasil e a grande economia norte-americana.

Recorde-se, para finalizar o subcapítulo, que, na era da globalização, a relação econômica intensa e tradicional do Brasil com os EUA tem sido sobrepujada estatisticamente pelo intercâmbio que floresce entre as economias brasileira e chinesa. Curiosamente, o reforço do relacionamento econômico com a China²⁵, em vez de reduzir a importância, para o Brasil, da ACC como área de circulação de mercadorias, incrementa-a significativamente já que o Canal do Panamá é utilizado por navios que praticam fretes entre os dois mercados.

4.3. O comércio como fator de aproximação e elemento geopolítico.

O comércio é um campo natural de projeção de presença brasileira no exterior. O país atua como *global trader* – exportador e importador de alcance mundial. Está presente, comercialmente, em toda a América Central e Caribe e dispõe de amplo potencial para ampliação dessa presença. Acumula saldos comerciais desproporcionais com a maioria dos países da área. Não obstante, também é desproporcional o quantitativo do comércio dos EUA

²⁴ O que, incidentalmente, recorda que, na vertente econômica, a “fachada brasileira para o Caribe” não se restringe ao mencionado *crescente bi-amazônico*, mas engloba todo o litoral do Norte-Nordeste brasileiro, incluindo os portos do Maranhão, Ceará e Pernambuco, ativos em operações portuárias com enlacs no Canal do Panamá e na região ACC.

²⁵ Primeira parceira comercial do Brasil desde 2010.

com a ACC²⁶, se comparado com o brasileiro²⁷. Essa comparação derruba o mito de que se trata de mercados desimportantes. São mercados que, em conjunto, perfazem totais não negligenciáveis de comércio exterior e por isso são intensamente visados e explorados pelos operadores de comércio norte-americanos. Obviamente o intercâmbio comercial norte-americano com a ACC, além de sua significação puramente econômica, proporciona, aos EUA, projeção de poder e influência regionais – um mecanismo geopolítico simples, legítimo e eficaz, do qual o Brasil também se pode utilizar. Ademais, é importante ressaltar que, na escala que alcançam, os mercados da região podem ser extremamente interessantes, no caso brasileiro, não apenas para grandes corporações, mas igualmente para pequenas e médias empresas operantes em nichos de oportunidade.

A demografia da região ACC confirma que não se trata de um mercado sem importância. A população mesoamericana ultrapassa 80 milhões de indivíduos – total superior, por exemplo, ao exibido por qualquer dos vizinhos brasileiros na América do Sul. Os países da região não primam pela potência industrial nem pela diversificação produtiva²⁸. Não obstante, em bloco, a região ACC apresenta agregados de produção e consumo consideráveis²⁹. As economias da região podem incrementar substancialmente suas importações do mercado nacional – tanto de commodities, como de produtos industrializados. Trata-se de um potencial ainda parcialmente inexplorado, pelos seguintes motivos: 1) a ACC está atrelada ao mercado norte-americano por Tratado de Livre-Comércio (Istmo e República Dominicana) e por preferências comerciais previstas em iniciativa unilateral norte-americana (Caribe)³⁰, o que prejudica a competitividade dos exportadores brasileiros que não operam amparados por acordos semelhantes; da mesma forma, a economia mexicana também se beneficia de tratado de livre comércio com a região, que assim vê reforçada sua integração prática ao sistema NAFTA/USMCA; e 2) no Istmo, uma

²⁶ Relatório do United States Trade Representative (USTR) informa que, em 2018, a região do CAFTA-DR (América Central e República Dominicana) teve um comércio global com os EUA de mais de US\$ 57 bilhões, sendo US\$ 32,2 em exportações e US\$ 25,2 bilhões em importações. Esse total faz do grupo CAFTA-DR o 18º maior parceiro comercial norte-americano. Para o Caribe, o USTR, menciona US\$ 13 bilhões em total de exportações em 2018. As importações superam US\$ 6 bilhões.

²⁷ As estatísticas pertinentes podem variar consideravelmente de ano para ano. Na pesquisa realizada, apuraram-se números de 2019 totalizando um comércio global na casa de US\$ 2,77 bilhões com os países do Istmo. No Caribe, após anos em que os números foram mais significativos, registrou-se, um montante comercial da ordem de US\$ 1,8 bilhão.

²⁸ Registre-se a existência de exceções competitivas, distribuídos pela ACC, para a produção e exportação de itens como petróleo, têxteis, café, frutas, carne, pescados, lácteos ou açúcar.

²⁹ Valores de PIB. Cerca de US\$ 376,00 bilhões para a América Central e cerca de US\$ 150 bilhões para o Caribe. (USTR, 2020).

³⁰ Tratado de Livre-Comércio entre a América-Central e a República Dominicana e os Estados Unidos da América (CAFTA-DR), de 2004, e Iniciativa norte-americana para o Caribe, de 1983 ainda vigente e ampliada pela Lei para a parceria comercial USA-Bacia do Caribe, de 2000, e pela Lei de Comércio norte-americana de 2002.

estrada longitudinal provê acesso direto dos provedores norte-americanos aos mercados regionais, *sem prolongar-se à América do Sul*.³¹

A despeito de dificuldades reais e da suposição (infundada, conforme demonstrado) de que os mercados mesoamericanos são desimportantes, as exportações nacionais já se têm posicionado em faixas específicas dos mercados do Istmo e nas ilhas. É o caso dos produtos agrícolas e alimentícios, processados ou não – área em que o Brasil, como se sabe, é potência mundial. E também de fármacos e material rodante – ônibus e automóveis, além de aviões da EMBRAER. A pauta, na região insular, abrange a exportação de pellets de minério³² para processamento em laminados, posteriormente exportados para os EUA.

Subtema especial, na rubrica exportadora, é o persistente potencial de venda de serviços de construção e obras civis. O primeiro ciclo da expansão para o exterior de construtoras brasileiras, na virada do século, produziu notáveis resultados na ACC. Foi interrompido com a revelação investigativa de episódios de corrupção, envolvendo contratistas brasileiros e agentes de governo de países latino-americanos. Forçadas a se retrair, nos mercados conquistados e havendo enfrentado ruinosos processos judiciais, as construtoras brasileiras conservam intacta a capacidade técnica e organizacional que lhes permitiu atuar no exterior, o que torna possível planejar, para o futuro, uma volta ao mercado externo (e, portanto, à Mesoamérica), sob renovadas práticas de atuação e negociação. Esse hipotético retorno afigura-se de alto interesse para o país, vistos os resultados que a exportação de serviços de construção pode gerar em termos de criação de empregos, venda de insumos e acumulação de divisas. Do ponto de vista estratégico e geopolítico, a retomada da presença de empresas brasileiras de construção na região da ACC – tanto quanto, de forma geral, o aumento e maior diversificação das exportações brasileiras para a região não deixariam, como elementos de *soft power*, de reforçar a projeção de presença do Brasil, na área mesoamericana.

4.4. A incidência de ilícitos transnacionais.

Atividades delituosas transnacionais que afetam a sociedade brasileira (especialmente tráfico de drogas com passagem pelo Brasil ou lavagem de capitais ilícitos de origem brasileira) ocorrem eventualmente na ACC. Tais fenômenos delitivos, detectáveis comumente em toda área internacional de alta circulação de bens, capitais e pessoas, desenvolvem-se, frequentemente, em escala hemisférica, reforçando a interdependência complexa entre atores

³¹ Vale dizer que o aprovisionamento, desde os EUA, se faz por via rodoviária em condições favorecidas de concorrência, já que as mercadorias brasileiras dependem das vias marítima ou aérea – nem sempre suficientemente atendidas pela oferta de frete - para acesso à ACC.

³² de Pecém, Ceará, para Port of Spain, Trinidad e Tobago.

regionais. Também contribuem para tornar a Mesoamérica estratégica para o Brasil, que não se pode furtar a integrar-se aos esforços regionais de coordenação repressiva.

4.4.1. Narcotráfico.

Como ocorre em outras regiões do mundo, também na Mesoamérica, as mesmas rotas de circulação legal de mercadorias costumam ser usadas ilegalmente para o transporte de estupefacientes entre os centros produtores sul-americanos e os grandes centros de consumo setentrionais. O posicionamento da região entre as massas Sul e Norte das Américas, torna-a um ponto de passagem natural, terrestre, marítimo e aéreo, de drogas ilícitas. O tráfico ilegal tanto se utiliza da Carretera Panamericana quanto de via marítima, ou ainda de meio aerotransportado. A densidade do trânsito terrestre transistmico, assim como a vastidão da área atlântica caribenha tornam problemática a patrulha e detecção dos carregamentos ilegais.

Recorde-se, no contexto, que a ACC é região marcada pelo subdesenvolvimento crônico³³ - fermento seguro da criminalidade, sobretudo quando associado à superpopulação.³⁴ Vulnerabilidades sócio-econômicas afetam até mesmo áreas e estratos sociais dos países mais afluentes da região: Costa Rica e Panamá. No Istmo continental, três países – Guatemala, Honduras e El Salvador (o Triângulo Norte) – exibem índices ainda elevados de insegurança e de incidência de ilícitos com drogas. O Panamá é afetado pelo tráfico e pontifica pelo volume de apreensões de narcóticos que realiza. Com menor intensidade, o fenômeno também afeta a Nicarágua e Belize. No Caribe, de maior desenvolvimento relativo, subsistem mazelas econômico-sociais, em especial, nos países mais populosos. O narcotráfico beneficia-se tanto do subdesenvolvimento quanto da posição geográfica da região, da extensão de sua área marítima (mais de 2,7 milhões de km²) e da pulverização do povoamento, já que entre algumas ilhas populosas (La Hispaniola, dividida por Haiti e República Dominicana, Cuba, Jamaica e Porto Rico) e outras de escasso ou nenhum povoamento, a região conta com um total superior a sete mil ilhas e rochedos, de variada dimensão. A maior parte da droga proveniente da América do Sul e consumida nos EUA transita pela região ACC, utilizando rotas mutáveis (vide por exemplo, o boletim *Global Cocaine Trafficking* publicado em 2016, pelo site informativo da Presidência norte-americana).

Máfias locais (jamaicanas, dominicanas, portorriquenhas) tomam parte na atividade. Na via marítima, os traficantes lançam mão de variados meios para tentar burlar a vigilância e repressão oficiais. Utilizam-se de transporte camuflado em linhas regulamentares de frete ou cruzeiros, mas também empregam iates oceânicos, lanchas rápidas ou embarcações de pesca.

³³ Ainda que não em todos os países.

³⁴ Como é o caso nos países do Triângulo do Norte – El Salvador, Guatemala e Honduras.

Praticam frequentemente o transbordo diversionista. Relata-se até mesmo o uso de submersíveis no transporte de droga pelo Caribe (MARITIME EXECUTIVE, 2020). Ademais, toda uma vultosa corrente de tráfico emprega a via aérea, de repressão igualmente difícil, dada a divisão de envios por toda sorte de aviões de linha e particulares.

A importância dessa atividade ilícita na América Central e Caribe levou os EUA a abrirem importantes frentes de cooperação, em matéria de repressão ao tráfico de drogas, com os países da região e suas forças de segurança, frequentemente com fornecimento de equipamento de patrulha e interceptação. A cooperação é pautada pelo programa-quadro norte-americano Iniciativa Regional Centro-americana de Segurança (CARSI), estabelecido em 2008, e pela Iniciativa de Segurança na Bacia do Caribe (CBSI), que, além da região antilhana abrange dois países sul-americanos, a Guiana e o Suriname. Ambas frentes de cooperação reforçam a presença dos países ACC (com a notória exceção de Cuba) na órbita dos EUA.

A chamada *Guerra contra o Narcotráfico*, movida pelos EUA, tem sido relativamente bem-sucedida no Caribe. Se não logrou estancar completamente a chegada de drogas de origem sul-americana aos EUA, levou a apreensões vultosas e, como se viu, forçou o tráfico, ou parte dele, a voltar a operar no Istmo, por via terrestre (UNODC, 2012). A repressão ao tráfico internacional na região ACC requer do Brasil atenção e engajamento crescentes.

4.4.2. Ilícitos financeiros.

A face negativa do panorama estratégico da ACC registra, ainda, a ocorrência na região de transações financeiras ilegais, configurando evasão fiscal ou lavagem de dinheiro, com prejuízos para o Brasil e muitos outros países. O foco maior de vigilância é o sistema financeiro do Panamá, país que sedia importante praça bancária internacional formada a partir da renda gerada continuamente pelo Canal transoceânico. As operações ilegais ali ocorrentes foram objeto de denúncia pública em duas ocasiões recentes. Com a divulgação da *Lista Clinton*, em 1995 e com a publicação dos chamados *Panama Papers*, em 2015 por equipe internacional de jornalistas investigativos.

As revelações contidas nos “papéis do Panamá” permitem avaliar a extensão do efeito nocivo que um regime de administração financeira em descompasso com as normas internacionais pode gerar. Um livro-reportagem de 2016 (*Os Panama Papers. O maior Escândalo Financeira dos Tempos modernos*) indica que entre os personagens citados nos *Papers* figurariam “notórios” membros de “famílias” mafiosas, barões da droga, evasores fiscais, financiadores terroristas, políticos corruptos, além de companhias de duvidosa

reputação³⁵ (LURIA, 2016). A documentação trazida a público focaliza a atuação do Escritório panamenho de Advocacia Mossack Fonseca especializada na criação de empresas *off-shore*, no próprio Panamá e em outros países, frequentemente utilizadas para sonegação fiscal. Os 11,5 milhões de documentos revelados citam 214488 empresas, conectadas com cidadãos de mais de 200 países ou territórios. Envolvem mais de uma centena de políticos de primeira linha, e 29 cidadãos, de diferentes nacionalidades, considerados “bilionários”. Tratava-se de uma firma de alcance virtualmente mundial que mantinha representações em mais de 30 países do mundo, inclusive no Brasil, onde sofreu investigação no âmbito da investigação de codinome *Lava-jato*. Ao menos 57 cidadãos brasileiros são citados nos *Panama Papers* (SUL21, 2016) como clientes do escritório investigado. A empresa Mossack Fonseca foi desbaratada judicialmente em 2018.

O Panamá³⁶ ainda figura em listas de “paraísos fiscais” emitidas por diversos países, entre os quais o Brasil, e também pela União Europeia, e é monitorado pelo chamado Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro (GAFI), assim como pelo *Fórum Internacional de Transparência e Intercâmbio de Informações Fiscais*, órgãos criados, respectivamente, pelo G7 e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para fiscalização coletiva de práticas bancárias e fiscais³⁷. No curso do diálogo com esses órgãos e com vistas a adequar-se à normas de transação financeiras, internacionalmente aceitas, o Governo panamenho tem realizado reconhecido e progressivo esforço.³⁸

4.5. Correntes de migração.

As vulnerabilidades geradas pelo subdesenvolvimento explicam o alto índice de criminalidade em países da ACC. Somadas a fatores como turbulência política e catástrofes naturais provocam movimentos migratórios de massa, eventualmente resultantes na “exportação” de fenômenos sociológicos (pandilhas e “maras”, por exemplo) para países de acolhida. Historicamente, surtos do gênero afetaram principalmente os EUA, que em diferentes épocas absorveram imigrantes de países caribenhos (Haiti, Jamaica, República Dominicana) ou

³⁵ Com a ressalva de que nem sempre a criação e controle de firmas ditas *off-shore* é ilegal ou criminalizável, o que significa que nem todos os nomes constantes das revelações podem ser acusados de práticas ilícitas.

³⁶ Outras praças da ACC também são foco de continuada atenção por parte do GAFI. Algumas são Estados soberanos, outras territórios dependentes de potências extrarregionais. Anguila (RU), Antígua e Barbuda, Aruba (PB), Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas (RU), Costa Rica, Honduras, Ilhas Cayman (RU), Curaçao (PB), Ilhas Virgens dos Estados Unidos (EUA), Ilhas Virgens Britânicas (RU), Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Turkis e Caicos (RU).

³⁷ Originalmente com vistas a bloquear fontes de financiamento a práticas terroristas.

³⁸ Não é descabido, igualmente, supor-se que rotas marítimas ou aéreas na ACC sejam usadas para tráfico internacional de armas, ou para contrabando de mercadorias. Essa hipótese requer pesquisa em estudos mais precipuamente técnicos.

de países continentais (Nicarágua, El Salvador ou Honduras). O Brasil já foi igualmente afetado por ocasião da maciça imigração de haitianos, na fase pós-terremoto de 2010, e ainda, presentemente, com o fluxo de migrantes que deixam a Venezuela (país sul-americano da Bacia do Caribe) pela fronteira terrestre brasileira, objeto da *Operação Acolhida* estabelecida pelo Governo brasileiro.³⁹ Adicionalmente, não cabe esquecer, que a América Central e o Caribe podem servir eventualmente de rota de passagem para migrantes brasileiros que demandam à fronteira entre México e Estados Unidos, para perigosamente tentarem ingresso clandestino aos EUA pela mão de organizações criminosas locais.⁴⁰

4.6. Área-chave para o equilíbrio hemisférico. Superposição de influências.

A análise e o planejamento da projeção brasileira na ACC devem considerar, como é geograficamente óbvio, que é nessa região que tendem a se tocar e, em alguns casos, a se sobrepor as áreas primárias de interesse econômico e securitário dos EUA e do Brasil⁴¹. Mesmo que as relações entre Brasil e Estados Unidos sejam historicamente fraternas desde a fase em que ambos países eram jovens Estados soberanos e se fundamentem em cooperação e interação político-econômica intensa, e ainda que assim tendam inequivocamente a se conservar – é inevitável que, em cenários de atuação comum, surjam eventualmente interesses superpostos.

A História demonstra que os EUA nunca negligenciaram estrategicamente a Mesoamérica. Muito ao contrário, multiplicaram, ali, em passado relativamente recente, intervenções armadas diretas e unilaterais para episodicamente alterar, segundo seus interesses de potência dominante, os rumos de acontecimentos políticos em países ACC, mantendo-os em sua órbita geopolítica. Historiadores norte-americanos inventariam a realização, nos Séculos XIX e XX, de mais de 30 dessas intervenções, entre diretas e indiretas, distribuídas entre praticamente todos os países da região ACC (BECKER, 2020) – prática que não conseguiram replicar no caso da revolução cubana de 1959. No contexto histórico do início do Século XX, como é bem conhecido e relatado, os EUA plantaram marco fundamental de presença na América Central ao apoiarem a independência panamenha da Colômbia ocorrida em 1903

³⁹ Note-se que a emigração venezuelana afeta a própria região centro-americana, calculando-se, por exemplo, que cerca de 200 mil venezuelanos se encontram, legal ou clandestinamente, no mercado de trabalho panamenho.

⁴⁰ Cite-se ilustrativamente, detenção feita pela Polícia Federal, em 04.08.18, no Panamá, de um brasileiro responsável pelo desaparecimento de 12 concidadãos, em tentativa de entrada ilegal nos EUA com acesso por mar realizada a partir das Bahamas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/08/06/interna_nacional,978405/. Acesso em 14 set 2020.

⁴¹ Os dois países são aliados históricos e essa aliança já se materializou diretamente, em contexto militar, na região caribenha: durante a Segunda Guerra Mundial, era no Mar Caribe que se verificava o relevo das escoltas navais a transporte marítimo proporcionadas pelos EUA (Atlântico Norte) e Brasil (Atlântico Sul). A base aliada na Ilha de Trinidad desempenhou, nesse sentido papel de destaque. Durante o conflito, 15 navios de bandeira nacional foram afundados, naquela zona marítima, por submarinos do Eixo, o que transforma a região em local venerando para a tradição naval brasileira. Nos naufrágios perderam-se mais de 100 vidas.

(MCCULLOUGH, 1977). Entre 1904 e 1914, construíram o Canal do Panamá, que diretamente exploraram e administraram até o fim do Século XX e do milênio, também ocupando a faixa contígua à via – a Zona do Canal – a qual utilizaram em operações de inteligência e como área de treinamento para a guerra na selva e o combate antiguerrilha. Já o Brasil, fiel a sua tradição de priorização do chamado *soft power* de projeção internacional e observador do princípio constitucional de não-intervenção em assuntos internos de outros países, sempre optou, ao longo da Primeira República e da Guerra Fria, por uma atitude neutra em face das constantes turbulências políticas em países da ACC. Exceções a essa atitude ocorreram no rompimento de relações com Cuba, em 1964, e no envio de tropas à República Dominicana, em 1965, no quadro de intervenção naquele país liderada pelos EUA em nome da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Como se verá posteriormente em maior detalhe, na fase de redemocratização brasileira, o país, sempre instrumentalizando seu reconhecido *soft power*, passa a participar de ações coletivas pela solução de conflito e reconciliação em cenários latino-americanos. Em 1985, participa do *Grupo de Apoio a Contadora*, que apoia os esforços de solução dos conflitos revolucionários no Istmo, nos anos 1970 e 1980. Posteriormente, impulsiona o processo de formação do Grupo do Rio, de coordenação política, e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – foro criado em 2010 e integrado pelos países da ACC e América do Sul - igualmente apto a atuar em defesa da normalidade democrática em seus países-membros. Tornou-se também, mais presente na América Central e Caribe mediante incremento de sua cooperação com os países da região, e eventualmente com participação em Operações de Paz e assemelhadas. Recorde-se, a propósito a robusta participação militar e civil do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), assim como a fundamental participação brasileira na Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), organizada pela OEA e concluída em 2010 sob comando de Oficial Engenheiro do Exército Nacional⁴².

A ideia conclusiva deste subcapítulo é a de que o planejamento de uma intensificada atuação brasileira multissetorial na ACC deverá, incontornavelmente, levar em consideração a sólida presença local norte-americana – uma realidade que não será impeditiva da cogitada ampliação de agenda – a ser implementada, inclusive, em coordenação com os próprios EUA. Os pontos de convergência entre os dois países notoriamente superaram eventuais temas de concorrência ou divergência para permitir que a eventual justaposição de interesses dos dois

⁴² Coronel Francisco Elias Henriques Coelho Nascimento.

países, na região, ocorra em clima de entendimento e cooperação.

4.7. Presença de outros atores. Projeções adicionais de poder e influência sobre a ACC.

As seções anteriores deste estudo evidenciaram exaustivamente que a região ACC é um *locus* natural de projeção do poder norte-americano. Cabe notar, entretanto, que os EUA não são a única potência externa a atuar na região. O Estado Mexicano também busca ampliar área de influência na região, sendo favorecido por contar com parte do território na extremidade norte do Istmo centro-americano. Com a Guatemala e Honduras, o México partilha a herança do mundo maia, que um dia se estendeu do Yucatán à América Central. Recorde-se, também no terreno da História que, no período colonial, toda a América Central estava incluída no Vice-Reino da Nova Espanha, com capital na Cidade do México; e ainda que, em curto período do Século XIX, os países da América Central (com exceção de Belize e Panamá) formaram parte do México independente. A inteligência política do País Asteca mantém presente a natural ideia de que, no primeiro círculo natural de projeção do poder mexicano, encontram-se a América Central e o Caribe, áreas contempladas pelo *Projeto Mesoamérica*, impulsionado pelo México com o objetivo de promover a integração regional. O projeto, que em sua vertente de infraestrutura é apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), abrange todo o Istmo e conta com a adesão de um país sul-americano (Colômbia) e um caribenho-insular (República Dominicana).

Aos EUA, um país das Américas com face para a Bacia do Caribe, e ao México – um país parcialmente localizado na própria América Central, une-se, presentemente, na disputa de poder de influência sobre essa região, sobretudo no campo econômico, um ator extracontinental. A República Popular da China (RPC) é o poder recém-chegado à ACC, atuando por conquistar posições-chave em investimentos e comércio. A performance comercial e investidora chinesa ainda não ameaça superar a norte-americana, que permanece dominante na região. Recorde-se, no contexto, que em todo o Pós-guerra o País da Grande Muralha viu sua relação com a ACC dificultada, quando não bloqueada, pela persistência da presença diplomática de Taiwan na região. Ao final do Século XX, os países mesoamericanos, com a exceção óbvia de Cuba, mantinham relações diplomáticas e comerciais com Taipé, e não com Pequim. A opção, além de ecoar a herança da Guerra Fria, derivava da identidade comum de “pequenos Estados” (um elo entre Taiwan e a ACC que se refletia até mesmo nas votações da Assembleia-Geral das Nações Unidas). Explicava-se, também, pela notória disposição taiwanesa a realizar doações e prestar assistência técnica a países que reconhecessem diplomaticamente Taiwan como representante única da China.

Na atualidade, porém, o quadro da representação chinesa na ACC tem-se modificado.

Após o estabelecimento de relações com a Costa Rica, em 2007, a RPC obteve o reconhecimento diplomático do Panamá (2017) e da República Dominicana (2018) e passou a fazer desses países novas bases de operações no Istmo e no Caribe.⁴³ O Panamá tem recebido robusto investimento chinês, sobretudo na estrutura portuária que cerca o Canal. Os planos anunciados, porém, vão além dos investimentos em logística de portos. A China dispõe-se, por exemplo, a financiar a construção de uma estrada de ferro que comunicará a Cidade do Panamá com o norte do país, e esse projeto poderia, segundo se cogita, ser ampliado, chegando a contemplar também o território da Costa Rica e mesmo de outros países centro-americanos. Reforçando-se, atualmente, no Panamá e na República Dominicana, a presença comercial e investidora chinesa já era significativa em alguns países do Istmo e do Caribe (sobretudo Cuba, Dominica, Jamaica e São Cristóvão e Nevis). Recuou, porém, na Nicarágua, onde o sino-empresendedorismo privado terminou por declinar do projeto de construção de nova ligação navegável entre o Pacífico e o Atlântico. Nicarágua, Honduras, Guatemala e Belize, de resto, continuam a reconhecer diplomaticamente Taiwan, e não Pequim, assim retardando a chegada ainda mais forte dos interesses chineses ao Istmo. Cabe assinalar ainda, no contexto, que, sob a Administração Trump, os EUA não escondem sua receptividade negativa à chegada maciça de capitais chineses à região mesoamericana. Significativamente, a *Estratégia Nacional de Governo* norte-americano afirma textualmente, na versão de 2017, que a China deseja “acrescentar a região mesoamericana a sua órbita”, mediante projetos financiados por investimentos ou empréstimos estatais (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2020).

Mencione-se, por fim, que os dois grandes rivais do Norte caribenho da América do Sul, Colômbia e Venezuela, buscam, igualmente, projeção de poder na América Central e Caribe para facilitar a promoção de seus respectivos objetivos geopolíticos. A Venezuela, conforme já assinalado, capitaliza o funcionamento da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e do *Acordo Petrocaribe* para manter uma coletividade de países, do Istmo e das Antilhas sob sua influência. Da mesma forma, a Colômbia, cuja soberania abrange ilhas no Caribe (San Andrés e Providência), mantém fortes laços de investimento com o Panamá, cujo território um dia lhe pertenceu, e com a Costa Rica, copartícipe da *Aliança do Pacífico*. Também se aproxima de países do Istmo (Guatemala, Honduras) com governos de inspiração liberal, com os quais coincide no *Grupo de Lima*.

4.8. A América Central como área de tensão político-ideológica.

⁴³ O reconhecimento costarriquenho já fora obtido em 2007.

Conforme mencionado, a ACC é uma região marcada historicamente por episódios frequentes de instabilidade política, os quais pontualmente motivaram intervenções do poder norte-americano⁴⁴. A “tradição” de turbulência dos países mesoamericanos encontra, em geral, exceção nos micropaíses caribenhos, que alcançaram, em geral, independência tardia guardando laços profundos com as ex-potências colonizadoras, e exibem renda per capita superior à dos países mais populosos da área. Segundo estudo publicado pela Universidade de Harvard, entre 1898 e 1994, os Estados Unidos da América intervieram, com êxito, em 41 ocasiões, em países da América Latina – não apenas da área ACC, mas, eventualmente, também na América do Sul. Atuaram diretamente em 17 casos e indiretamente em 24 casos (HARVARD, 2020). Fizeram-no por motivos, de resto que coincidem com os que tornam a região igualmente estratégica para o Brasil: proximidade, acesso a vias de passagem transcontinentais (em especial o Canal do Panamá), turbulência política frequente (característica amenizada, na fase pós-Guerra Fria, com a instauração de regimes democrático-representativos na maioria dos países ACC) e incidência de ilícitos internacionais na região. Sem esquecer da importância da região como mercado comprador.

A História intervencionista norte-americana na ACC compreendeu três fases: 1) ações diretas e indiretas com base na Doutrina Monroe e seu corolário rooseveltiano, invocados para respaldar uso da política de *Big stick*, do Governo Theodore Roosevelt – até os anos 1930; 2) “disciplinamento” de zona de influência, na fase de Guerra Fria – entre 1945 e 1959; e 3) “contenção revolucionária” – após a revolução cubana de 1959. As duas primeiras fases foram marcadas por intervenções terminadas com a imposição das “correções de rumo” desejadas em Washington. Já a terceira fase é distinta, pois a Revolução Cubana de 1959 não apenas contrariou os interesses dos EUA, mas conseguiu consolidar-se no poder e ainda se associou à potência rival do *hegemon* ocidental, chegando a receber, do poder oriental (URSS e países do Pacto de Varsóvia), armamento de primeira linha e financiamento ao projeto nacional.⁴⁵

Como se sabe, o Governo norte-americano nunca assimilou a adesão cubana ao marxismo e ao bloco soviético. Respondeu-a com um rigoroso embargo de comércio, até hoje vigente. Em 1962, a famosa crise de mísseis agudizou ainda mais a situação.⁴⁶ Os EUA alcançaram, na ocasião, um êxito parcial, com a retirada dos mísseis que, com carga atômica,

⁴⁴ Tanto nos países do Istmo - Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica⁴⁴ e Panamá, como nos caribenhos Haiti, República Dominicana ou Cuba.

⁴⁵ Em 1961, o Regime cubano resistiria a um desembarque e tentativa de infiltração de rebeldes (Baía dos Porcos) que visavam a sua desestabilização.

⁴⁶ Segundo Scott e Hughes (2015, p.17), o episódio foi “o mais próximo que se chegou ao desencadeamento de um confronto nuclear em grande escala durante a Guerra Fria”.

poderiam facilmente atingir cidades norte-americanas. Superada a crise, ainda que sem a buscada asfixia do regime cubano, os EUA persistiram, eventualmente, na prática de intervir na região ACC, para prevenir o avanço da ideologia socialista. No Caribe, em 1983, invadiriam Granada e, em 1989, o Panamá. No Istmo, atuavam frequentemente indiretamente, apoiando governos autoritários contra insurgências armadas: na Guatemala, onde o conflito se estendeu de 1954 a 1996 com agravamento após a revolução cubana; na Nicarágua (de 1963 a 1979) e em El Salvador (de 1979 a 1992).

O caso nicaraguense representou, para os EUA, um segundo alerta de redução de capacidade interventora. Em 1979, a ascensão ao poder da Frente Sandinista de Libertação após derrubada do regime Somoza, levou a uma reação direta inspirada pelos EUA. Incrementam-se as ações de contrainsurgência no cenário regional. A Nicarágua inicia sua segunda guerra civil consecutiva (a Guerra da Contrarrevolução), que só terminaria com o Acordo de Paz de Esquipulas, firmado em 1987, após complexas negociações regionais. A deposição de armas ocorreria em 1989, um ano antes da saída dos sandinistas do poder em eleições presidenciais vencidas pela coalizão União Nacional de Oposição (UNO) de Violeta Chamorro.

Precisamente em 1989, os EUA, sob o Governo republicano de Ronald Reagan, lançariam uma operação de envergadura contra o Panamá erradicando o regime de Manuel Noriega que se aproximara do Governo cubano.⁴⁷ No processo de “rescaldo” e reorganização institucional do País do Canal, foram extintas as Forças Armadas do Panamá.⁴⁸

Na fase contemporânea, a Guerra Fria está terminada, mas focos de confronto ideológico perduram na ACC. Persiste a contraposição entre o regime cubano e o Governo dos EUA⁴⁹. Em 2004, o núcleo cubano-venezuelano fundou a ALBA, como reposta populista ao abandonado projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).⁵⁰ Os pilares econômicos da ALBA são o aprovisionamento de petróleo venezuelano aos demais países-membros, em condições facilitadas, nas condições previstas no *Acordo Petrocaribe* e, de forma geral, a renda petrolífera da Venezuela que entrou em declínio com a crise mundial de 2008 e

⁴⁷ Com o fim da Guerra Fria, a disposição intervencionista dos EUA se reduziria, mas episódios como as mudanças de governo no Haiti (2004) e em Honduras (2011) podem sugerir que continua a ocorrer envolvimento indireto da inteligência norte-americana na região.

⁴⁸ Acontecimento que determinou a extinção da Adidância Militar brasileira junto à Embaixada do Brasil no Panamá (vide conclusões e recomendações deste trabalho).

⁴⁹ Relativamente amenizada durante a Administração Obama, nos EUA.

⁵⁰ Na fase de maior preeminência, o grupo chegou a contar com 12 membros. Hoje, ainda com participação dividida entre América do Sul e ACC, são 9 (Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Granada, Nicarágua, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Venezuela). Reviravoltas políticas provocaram a defecção de Honduras, Equador e Bolívia. Cuba, Nicarágua e Venezuela – países e regimes abalados por dificuldades internas crônicas, bloqueios ou sanções, continuam a compor o núcleo ideológico da Aliança. Nela, o Suriname figura como “membro convidado”, enquanto a Síria, o Irã e o Haiti detêm status de países-observadores.

o aumento da produção de óleo e gás, nos EUA, a partir do xisto.

Em contexto conexo, requer registro a divisão ideológica que grassa na fachada Norte da América do Sul a qual, como cabe recordar, é também *caribenha*, em sentido lato, por pertencer à Bacia do Caribe. Vigora, presentemente, na sub-região, uma ativa dissensão ideológica bilateral, sem o ranço da Guerra Fria, como a que dividiu Cuba e os EUA, mas sim calcada, tanto em antecedentes históricos remotos como no embate atual e tipicamente latino-americano entre *populismo* e *liberalismo*. Colômbia e Venezuela opõem-se como “fraternal rivais”, obrigados a buscar meios de convivência, na prevenção de um conflito maior. A tarefa se apresenta espinhosa à luz do cenário de crise política no País do Orenoco, com geração de fluxos de refugiados e outras complexidades sócio-políticas, inclusive o suposto apoio ativo a Caracas por parte de poderes extracontinentais (Rússia, China e Irã) – em contraponto ao suporte dos EUA à Colômbia. A situação interna venezuelana é objeto de acompanhamento e deliberação no chamado *Grupo de Lima* (do qual participa o Brasil), atuante em favor de uma - até aqui irrealizada - mudança de regime em Caracas.⁵¹ A Venezuela – que, ademais mantém aberto diferendo profundo com a Guiana sobre o território do Essequibo – navega há duas décadas no Bolivarianismo chavista, um regime político populista radicalmente oposto aos EUA e sua projeção regional de poder. No lado colombiano, em paralelo a um progresso econômico marcante, detectam-se desequilíbrios que derivam do recente encerramento da longa guerra civil.⁵² O equilíbrio inamistoso entre os dois países sul-caribenhos tem sido observado pelo Brasil – como país sempre capacitado a contribuir à preservação da paz e estabilidade na região.

5. A Política Externa Brasileira e a América Central e Caribe. Evolução recente.

Como se verifica dos antecedentes analisados, a atitude brasileira para com a Mesoamérica contrasta notoriamente com a norte-americana. Fiel a sua diretriz de não-intervenção em assuntos internos de outros países, o Brasil absteve-se, até recentemente, de

⁵¹ Desse grupo participam, os seguintes países da América Central e Caribe: Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá e Santa Lúcia. Os demais componentes são Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos da América, Guiana, México, Paraguai e Peru.

⁵² A qual, eventualmente, chegaria a afetar território nacional brasileiro. Há registro, em 26/02/1991, de ataque de cerca de 40 guerrilheiros do movimento Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a destacamento do Exército Brasileiro no Amazonas às margens do Rio Traíra. Sobrevieram três baixas fatais, e 17 feridos, do lado brasileiro e a subtração de material de combate. As FFAA do Brasil reagiram, em curto espaço, com operação conjunta, no terreno. A “Operação Traíra” resultou na recuperação da maior parte do material roubado e na eliminação de cerca de mais de seis dezenas de guerrilheiros. Veio dissuadir o grupo rebelde de novas incursões em território brasileiro (MONTENEGRO, 2019).

buscar maior projeção de poder, com prática de atos políticos de envergadura na ACC.⁵³

Não obstante, e mesmo que a presença diplomática tradicional e formal, com manutenção de rede de postos diplomáticos residentes, não chegue a sinalizar a existência de um enfoque estratégico *prioritário*, por parte do Brasil, para a ACC, ela indica, por sua ampla cobertura, que o Brasil tampouco negligencia o relacionamento com a região.⁵⁴ No Istmo, desde 1983 (criação da Embaixada do Brasil em Belize) o Brasil mantém embaixadas em todos os sete países. No Caribe, tradicionalmente o Brasil esteve presente, com embaixadas, nos países mais populosos – Cuba (fechada em 1964), Haiti, República Dominicana, Jamaica, e em países de menor expressão demográfica, porém economicamente expressivos – Barbados ou Trinidad e Tobago. Em 1986, foi reaberta a Embaixada em Havana. Já nos governos do início do milênio foram instalados mais sete postos diplomáticos nas Antilhas, dos quais permanecem operantes apenas Nassau nas Bahamas, e Castries em Santa Lúcia. Cinco embaixadas em países da região foram fechadas, em 2020, por razões político-orçamentárias. Ao todo, o Brasil mantém, hoje, embaixadas em todos os sete países do Istmo e em oito países das Antilhas.

As embaixadas brasileiras na área ACC são de porte médio ou compacto e desenvolvem agendas adequadas aos recursos disponíveis.⁵⁵ A Embaixada no Panamá, diferencia-se das demais pois além da temática bilateral, abrange também atividades de diplomacia multilateral⁵⁶ e ainda temas de inteligência em logística e transportes, derivados da operação do Canal interoceânico. A Embaixada em Havana singulariza-se, em termos de agenda, dadas as características especiais da inserção internacional cubana.

O aspecto “cooperação técnica” merece especial destaque já que os países da ACC, por serem, em média, de reduzidas dimensões, mesmo quando exibem elevada renda per capita, são dependentes do exterior para formação de pessoal e obtenção de tecnologia. A prestação de cooperação técnica a países em desenvolvimento, principalmente na área de capacitação de quadros é uma diretriz e prática permanente da Política Externa brasileira. Os esforços são concentrados principalmente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da ACC. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coordena as atividades de cooperação nas

⁵³ Excetuados o rompimento de relações com Cuba em 1964 e a participação brasileira na intervenção na República Dominicana, ao lado dos EUA, em 1965 (vide item 4.4).

⁵⁴ Mencione-se, também, que em 1971, portanto durante o período militar de governo, o então Chanceler Mario Gibson Barbosa, realizaria um périplo histórico de visitas aos países centro-americanos com vistas a uma aproximação diplomática e econômica intensificada.

⁵⁵ A promoção de exportações, a informação sobre política e economia regional, a assistência a brasileiros, as consultas de governo e a temática de cooperação técnica, são alguns dos seus itens usuais de agenda.

⁵⁶ O Panamá é uma sede importante de Organizações Internacionais, alojadas na *Cidade do Saber*, instalada no que foi a área-sede da antiga Zona do Canal.

quais sobressaem a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente, de universidades federais, de forças policiais estaduais e do Ministério de Desenvolvimento Social entre outras instituições. Em países do Istmo, estabeleceram-se, igualmente, laços de cooperação em formação militar abrangendo a realização de cursos de instrução em unidades militares locais e o oferecimento de vagas para seus oficiais em cursos de qualificação especializada no Brasil.⁵⁷

No plano da macropolítica regional, o Brasil vem tentando, desde a década de 1980, fazer acompanhar sua presença diplomática formal de iniciativas políticas de maior alcance.⁵⁸ Em 1985, ano do retorno ao governo civil no Brasil, articula-se o Grupo de Apoio a Contadora com participação brasileira. Buscava dar respaldo ao *Grupo de Contadora*, que negociava a paz na América Central, para cessação do “Conflito da Contrarrevolução” na Nicarágua. A participação no grupo marcou o relançamento brasileiro a uma política externa mais ativa na América Latina. Em 1988, aumenta o envolvimento do Brasil com a coordenação política regional, quando os Grupos de Contadora e de Apoio a Contadora se fundem e dão origem ao *Grupo do Rio* – primeiro projeto contemporâneo de dotar a comunidade latino-americana de um foro de concertação e de voz política unificada.

Em 2008, uma nova iniciativa política, na qual o Brasil desempenhou papel protagônico, elevaria o grau de importância da região ACC para a política externa brasileira. Naquele ano reuniu-se, em Praia de Saúpe, estado da Bahia, a Cúpula da América Latina e Caribe (CALC), sucessora do Grupo do Rio como projeto político regional. Em 2011, na cidade de Playa del Carmen, no México, a CALC seria renomeada CELAC. O novo organismo facultava a seus membros deliberarem em contexto exclusivamente meso e sul-americanos. No cenário das Américas, apenas os EUA e o Canadá não participavam – por definição político-geográfica – da nova organização cujo advento produzia os efeitos práticos de reduzir a importância da OEA como foro, por excelência, da articulação interamericana e mitigar o relativo isolamento historicamente prevalecente entre as vizinhas América do Sul e Central. No ano de 2020, como se sabe, o Brasil suspendeu sua participação na CELAC. Restará observar, na situação que se instala desde a retirada brasileira se o projeto CELAC mantém atualidade e relevância sem o Brasil, e se pode vir a ser restaurado, em momento futuro, com um retorno brasileiro, negociado, à convivência do grupo.

⁵⁷ Registre-se, nesse particular, que Guatemala e El Salvador, mantêm acordos de cooperação em matéria de defesa com o Brasil.

⁵⁸ Em fases anteriores, a política externa do Brasil para a ACC havia evoluído de forma descontínua, alternando fases de maior e menor atividade.

Além de haver, no início do milênio, participado das tentativas de concretização de projetos multilaterais inclusivos de entendimento político no âmbito latino-americano e caribenho, o Brasil foi levado, na década de 2000, a envolver-se diretamente na solução de crises políticas internas em dois países mesoamericanos, Haiti e Honduras. No caso haitiano, a renúncia do Presidente Jean-Bertrand Aristide, e a vacância no poder, em 27 de fevereiro de 2004, levou o Presidente da Corte Suprema do país, Magistrado Boniface Alexandre, a assumir a Presidência da República e solicitar a ajuda da ONU, o que conduziu à criação e empoderamento da MINUSTAH. Essa Operação de Paz duraria 13 anos. Teria ampla participação militar brasileira, com participação total escalonada de aproximadamente 37,5 mil militares do Brasil e um número não-quantificado de cooperantes civis, cabendo a sucessivos generais brasileiros o comando da componente militar.

Desde o início, sabia-se que não se tratava de uma missão fácil. Se, no terreno as dificuldades eram de monta, fazia-se necessário, também, vencer a guerra de opinião que ameaçava deslegitimar a Operação de Paz e a participação do Brasil.⁵⁹ O caminho para a estabilização foi aberto pela realização do *Jogo da Paz* – uma partida de futebol com a completa seleção brasileira profissional enfrentando sua congênere haitiana. O evento, realizado em 18 de agosto de 2004, fixou paradigma de utilização do esporte para promoção da paz em situações de conflito. Provocou uma significativa diluição de tensões abrindo caminho para que os capacetes azuis do Brasil cumprissem, no conflagrado país, uma longa agenda de realizações. Obtiveram-se, no período de atuação brasileira, progressos em termos de pacificação e redução de criminalidade inclusive em comunidades extremamente desfavorecidas do Haiti⁶⁰, que não se haviam registrado durante a anterior atuação de potências militares com assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Lamentavelmente, quando a operação onusiana caminhava para o encerramento, um violento terremoto (7,0 graus Richter) em 12 de janeiro de 2010 acrescentou mais um elemento trágico à saga haitiana. 18 militares brasileiros pereceram no tremor⁶¹, durante o qual a própria sede das Nações Unidas no Haiti desabou. Também perderam a vida o Vice-representante do Secretário Geral da ONU para o Haiti, Luiz Carlos da Costa, brasileiro e a representante da organização católica Pastoral da Criança, Médica Zilda Arns, que se encontrava em visita ao

⁵⁹ Grupos de militância política, em países desenvolvidos, que reprovavam a participação brasileira por considerarem injustificada o que viam como “deposição” de Jean-Bertrand Aristide – vide, por exemplo, Phillips; Edmonds (2010) – texto que trata como “golpe” o apeamento de Aristide do poder.

⁶⁰ Em especial a famosa área “favelizada” conhecida como Cité Soleil – Cidade do Sol. Na pacificação de áreas de favela, a MINUSTAH contou com a expertise e participação da ONG carioca *Viva Rio*.

⁶¹ Ao todo, o contingente brasileiro arcou com 38 vítimas fatais ao longo dos 13 anos de duração da MINUSTAH.

país para contatos religiosos e de planejamento de cooperação na área social. Após a tragédia sísmica, a Missão de Paz transformou-se em operação humanitária, perdurando até 2017⁶².

Pode-se dizer que a finalizada MINUSTAH alcançou êxito apenas relativo no que diz respeito a seu objetivo de origem: estabilizar politicamente o Haiti de forma duradoura. A estabilização ainda é um processo em construção. A situação haitiana não se poderá, de resto, considerar resolvida enquanto o país, superpovoado e ecologicamente devastado, seguir figurando como o mais pobre das Américas. Infelizmente, cabe constatar que o enorme esforço da vertente militar da Operação de Paz e o vasto programa brasileiro de cooperação civil não foram coadjuvados por um programa de ajuda internacional multidisciplinar na dimensão requerida para efetivamente promover uma “redenção econômica” do Haiti.

A deposição do Presidente da República Hondurenha, e seu eventual refúgio na Embaixada brasileira em Tegucigalpa (após período de asilo na Nicarágua) também trouxe o Brasil, nesse caso involuntariamente, ao foco principal do cenário político centro-americano. O episódio cercou-se de polêmica e foi objeto de interpretações conflitantes, no Brasil. Originário de meio familiar aristocrático hondurenho, José Manuel Zelaya Rosales praticou, em seu governo, políticas de resgate social em parte decalcadas das que se aplicavam no Brasil da época (anos 2000). Sua retórica, de corte caudilhista, desafiava o conservadorismo das elites. No plano diplomático, fez ingressar seu país na ALBA. Foi deposto em 28 de junho de 2009 após haver convocado referendo para reintroduzir a possibilidade legal, então constitucionalmente vedada em Honduras, de reeleição presidencial. A deposição foi unanimemente condenada pelas organizações internacionais⁶³ e governos das Américas. Porém, todos os esforços de recondução e mediação fracassaram.

Após permanência de três meses na Nicarágua – sempre em atividade política - Zelaya penetrou furtivamente em Honduras, no dia 28 de setembro do mesmo ano, e solicitou, sem aviso prévio, ser albergado na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa. A solicitação foi aceita sob a justificativa de que se tratava do Presidente constitucional do país. Seguiu-se longo período de tensão entre os governos do Brasil e de Honduras, somente resolvido com a saída negociada do refugiado, no início de 2010, para curto exílio na República Dominicana. Em maio do mesmo ano, retornou a seu país no quadro de um amplo acordo de pacificação. A Chancelaria Brasileira participou intensamente das negociações internacionais em favor de uma saída negociada viável para a crise hondurenha, afinal pactuada.

As sagas da MINUSTAH e da acolhida de Zelaya convergiram para demonstrar que o

⁶² Quando foi substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH).

⁶³ Entre as quais: ONU, OEA, CELAC, MERCOSUL, GRIIO.

Brasil, sem se contrapor ao poder norte-americano, mas sim em coordenação com os próprios EUA e com os países da região, é capaz de atuar como poder pacificador sensato e eficiente em cenários centro-americanos, fazendo-o sob a ótica da neutralidade, e das soluções negociadas e democráticas para situações de crise.

6. A região ACC e o Brasil. Propostas para uma maior aproximação estratégica.

Nas sessões anteriores foi composto o quadro de motivos que tornam a região da América Central e Caribe uma área de alto interesse estratégico para o Brasil e recomendam um novo equacionamento de prioridades nacionais de política para o entorno geográfico norte, sem reduzir a necessária atenção tradicional à vizinhança sul-americana e africana. Formulou-se, a seguir, um elenco sumário de medidas nesse sentido. Obviamente trata-se de um exercício introdutório e exploratório, aberto à reflexão crítica e a complementação pelos setores da *intelligentsia* brasileira voltados para o planejamento diplomático e estratégico nacional.

6.1. Consciência e securitização territorial.

A consideração da presença estratégica brasileira na região ACC começa em território nacional. O litoral Norte brasileiro é uma faixa natural de operações voltada para a Mesoamérica. O item 4.1 deste estudo denominou de *crecente bi-amazônico* a faixa litorânea nacional, localizada em face do Mar do Caribe, na qual se tocam a *Amazônia Verde* e a *Amazônia Azul*. A recomendação básica a formular, no contexto, é a de fomento da consciência nacional sobre a importância estratégica da *fachada caribenha* do Brasil. Torna-se necessário criar uma nova cultura de relacionamento com a região ACC, além de uma cultura de desenvolvimento sustentável do litoral Norte do Brasil que leve em consideração que ali se situa o ponto de contato e comunicação natural entre *hinterland* brasileiro e o Mar do Caribe.

O projeto *Calha Norte* e o *Plano Pró-Brasil* perfilam-se como instrumentos hábeis para a implementação de um programa de desenvolvimento robusto e sustentável da região, que preserve seu patrimônio selvático sem negligenciar seu potencial de promoção humana. Medidas de securitização militar e de patrulhamento e vigilância afiguram-se, igualmente recomendáveis na região que, além de constituir a *janela* brasileira de comunicação com o Caribe, posta-se entre duas bases de lançamento espacial de crucial importância para comunicações, pesquisa, observação e vigilância planetária. E ainda porque inclui em sua geografia litorânea a Foz do Amazonas, via solene de acesso ao mundo brasileiro. Conforme já assinalado, a instalação da 22ª brigada de Infantaria de Selva (a Brigada da Foz) constituiu passo fundamental em direção à necessária securitização da área. Meios navais e aéreos na proporção adequada, e com facilidade de deslocamento e projeção devem complementar o dispositivo natural e permanente de defesa na extensa área em consideração. Recorde-se, no

contexto, que a responsabilidade brasileira no campo da segurança da região, não se resume a sua fronteira marítima, mas sim projeta-se para a Bacia do Caribe em perspectiva de coordenação regional em esquema de segurança coletiva.⁶⁴

6.2. Estratégia de transportes, comunicações e logística.

De uma forma geral, a consciência sobre a importância da região ACC como elo de comunicação entre as Américas e entre oceanos necessita ser intensamente reforçada, nos meios pensantes brasileiros já que apenas em ambientes militares e entre operadores de navegação marítima ou aérea essa consciência se encontra plenamente desenvolvida e assimilada.

A partir de uma tomada de consciência sobre a importância da ACC para a conectividade brasileira com o exterior, e do imperativo de uma maior presença do Brasil na região, cabem ser estudadas as causas de uma oferta insuficiente de serviços de frete para o Caribe. A lamentável inexistência de companhia de transporte marítimo brasileira de grande porte é uma das explicações plausíveis para a lacuna. No contexto, é possível cogitar-se de ação governamental junto à Marinha Mercante brasileira para motivá-la a ampliar a oferta de fretes para a Mesoamérica inclusive, hipoteticamente mediante a conexão ou extensão, até Porto no Panamá de linha pré-existente de cabotagem. Medida paralela de estímulo poderia ser a disponibilização de estrutura de armazenagem em porto panamenho.

Na vertente aérea, a exploração de rotas pelo Caribe já é intensa, como também a utilização por viajantes brasileiros do *hub* aéreo do Panamá em viagens de e para a América do Norte. Nesse particular, pareceria recomendável que companhias nacionais disputassem o vibrante mercado de voos para o Panamá, com conexão para os EUA e destinos turísticos na região ACC. Completa-se o quadro da importância da Mesoamérica em matéria de comunicações com uma fundamental lacuna a ser sanada: a interrupção, entre Panamá e Colômbia, da ligação interamericana, por autoestrada. Uma eventual complementação dessa via de integração intercontinental constituiria um virtual “coroamento” da IIRSA,⁶⁵ criando condições efetivas para uma integração orgânica dos sistemas econômicos das três Américas e

⁶⁴ Mencione-se, a propósito a participação brasileira nos exercícios anuais *Panamax* organizados pelo Comando Sul norte-americano e destinados a coordenar dispositivos de defesa dos países da região tendo em vista o interesse coletivo na defesa e preservação do Canal do Panamá, em caso de ameaça ou ataque àquela via.

⁶⁵ Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana, apoiada pelo Banco Interamericano de Investimentos. A IIRSA na atualidade se encontra inativa, dada a liquidação da UNASUL e, conseqüentemente, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da ex-União, para onde havia “migrado”. Porém, já produziu importante legado para as comunicações das Américas. Recorde-se, ainda, que, além de visar à comunicação viária sul-americanas, a IIRSA também comportava vertente de coordenação de políticas energéticas regionais. Nesse particular, cabe mencionar que, em meios técnicos brasileiros, já se cogitou na interligação elétrica entre o sistema sul-americano e seu congêneres norte-americano, por linhas de transmissão que se estenderiam necessariamente pela América Central. Dessa forma seria criado um sistema energético hemisféricamente integrado e imune à escassez sazonal.

gerando decisivo efeito multiplicador sobre produção e o comércio interamericanos. Trata-se de obra do mais alto e estratégico interesse brasileiro, cabendo recomendar-se que a diplomacia brasileira impulse a ideia de complementação da via longitudinal pan-americana nos foros deliberativos regionais, assim como nas agendas bilaterais do Brasil com a Colômbia, os EUA, o Panamá, e os demais países do Istmo. A discussão da matéria também deve ser incentivada em instituições representativas como o Parlamento Latino-americano (PARLATINO) e o Parlamento Centro-americano (PARLACEN).

6.3. A vertente econômico-comercial.

6.3.1. A atividade exportadora.

Os produtos brasileiros detêm ampla potencialidade de conquistarem maior parcela dos mercados ACC sempre e quando encontrem condições de competitividade e normas de acesso justas e equânimes. Propõe-se, nesse sentido, a seguinte rota de atuação: 1) negociação de acordo de livre-comércio com países e grupamentos econômicos mesoamericanos, seja pelo MERCOSUL, seja pelo Brasil em solitário; 2) estudo e ação para ampliar oferta de frete regular e barateado para a região, inclusive com estímulo ao estabelecimento de serviço de *ferryboats* para traslado de veículos automotores cobrindo o trecho sem comunicação rodoviária na junção entre a América do Sul e a América Central; rotas já existentes de cabotagem podem ser estendidas à região ACC, com ganhos de escala operacional (vide item anterior); 3) prospecção de mercado mediante envio de missões comerciais aos países da ACC, e participação intensificada em feiras e simpósios na região; 4) incorporação à agenda da IIRSA, de plano de complementação do trecho faltante na Estrada Panamericana, entre o Panamá e a Colômbia (vide item anterior); 5) exploração de oportunidades para empresas brasileiras em zonas francas da ACC em especial no Panamá. As Zonas Francas panamenhas⁶⁶ beneficiam-se do Canal interoceânico, de sua zona portuária e de entrepostagem, de seu polo de logística assim como do *hub* aéreo de Tucumán.

6.3.2. A vertente de investimentos.

Toca ao Brasil recuperar, consolidar e ampliar o terreno um dia conquistado na vertente de investimentos e vendas de serviços na região. Com esse objetivo cabe sugerir, entre outras possíveis linhas de ação: 1) o estímulo ao retorno de empresas brasileiras de prestação de serviços (sobretudo de construção civil) à Mesoamérica para retomada de atividades sobre renovadas bases operacionais; 2) abre-se campo, igualmente, a uma expansão de atividades da

⁶⁶ O destaque recai sobre a *Zona Livre de Colón*, localizada à saída atlântica do Canal do Panamá, e operante como elo de comércio entre países do Oriente e a bacia caribenha. Empresários brasileiros já operaram naquela praça sem, porém, consolidarem ali uma presença de longo prazo.

PETROBRAS no Caribe, dada as recentes descobertas de vastas reservas de petróleo e gás na costa guianense, às quais se somam às jazidas comprovadas dos demais produtores regionais – Barbados, Colômbia (onde a empresa já opera), México, Trinidad e Tobago e Venezuela.

6.4. Combate a ilícitos.

Cabe incrementar-se a participação brasileira, em coordenação com os países da região e com os EUA, na repressão a práticas delituosas internacionais que utilizam as vias de passagem da ACC. Recorde-se que a região se situa no entorno imediato do Brasil e que não é incomum o enraizamento de ilícitos ali detectados com atividades correspondentes praticadas em território nacional. Na vertente de informação e articulação com autoridades dos governos locais, o tema deve passar ao primeiro plano na agenda das Embaixadas brasileiras na região, reforçadas em pessoal e meios logísticos (vide item seguinte) e ativamente conectadas a órgãos especializados. Na vertente de campo pressupõe desde uma atuação intensificada de forças brasileiras no patrulhamento e observação das águas e espaço aéreo internacionais regional até a atuação de fiscais e especialistas em inteligência financeira, sempre em regime de cooperação institucional securitária com os países mesoamericanos.

6.5. Extensão da agenda diplomática.

Conjugando esforços do Itamaraty e dos demais atores capacitados e vocacionados a atuar internacionalmente, uma nova agenda para a ACC poderá contemplar temática atualizada. Indo além de uma agenda normal de embaixada deve ser abranger: 1) cooperação em defesa e segurança com participação em esforços internacionais de repressão a ilícitos. Propõe-se a criação de unidades (Adidâncias) de inteligência fiscal e de cooperação em matéria policial e judiciária, na Embaixada no Panamá, com jurisdição regional; 2) reforço da inteligência comercial; 3) reforço da cooperação técnica e científica (área de particular importância dada a expectativa dos países da área em receberem *spillovers* das bem-sucedidas experiências brasileiras em capacitação tecnológica).⁶⁷ Existe sólida demanda regional por prestação de cooperação na área de agricultura⁶⁸.

Ainda no plano técnico-científico, poderia ser cogitada a criação de uma estrutura de

⁶⁷ Note-se, a propósito que, nos anos 1970 e 1980, quantidade ponderável de profissionais centro-americanos (médicos, dentistas, economistas, engenheiros, veterinários, agrônomos, educadores etc.) graduou-se em universidades públicas brasileiras. Essa ampla cooperação educativa foi posteriormente descontinuada. Os números alcançados por essa modalidade de cooperação, bem como a legislação que a respaldou e as razões de sua cessação requerem pesquisa específica. Para os fins deste artigo, basta a constatação de que aquele recebimento de estudantes deixou positiva e duradoura herança para a imagem brasileira nos países em seus países de origem. Entre as sugestões deste artigo inclua-se o retorno à prática de formação em larga escala, no sistema universitário brasileiro, de profissionais da ACC que, replicando o ocorrido no fim do Século XX, uma vez graduados, voltarão aos seus países para espontaneamente atuarem como círculo influente de amigos do Brasil.

⁶⁸ A capacidade técnica da EMBRAPA é o foco maior de interesse, em especial nas áreas de pecuária e de cultivo de produtos essenciais como mandioca, forragem, cana de açúcar, café e frutas.

pesquisa oceanográfica no *crescente bi-amazônico* brasileiro – em associação possível com alguma das universidades federais da região – voltada para o estudo do Mar do Caribe e sua interação com o “mar interior” que metaforicamente formam os grandes rios da Amazônia. Uma instituição do gênero poderia funcionar como catalisadora de esforços regionais de formação e pesquisa em áreas-chave como transportes, recursos hídricos, energia limpa, meio ambiente, pesca e oceanografia em geral; 3) Também deve ser revisto e reforçado o papel das Adidâncias Militares na área. A Adidância do Exército na Cidade da Guatemala desponta como ponto natural de apoio e observação no tocante à vasta agenda securitária regional examinada neste estudo. No mesmo contexto de disponibilidade de assessorias diplo-militares diretas e de exercício de “diplomacia militar” a proposição que se impõe, na atualidade, por exigências de representação e informação, é a da recriação da Adidância na Cidade do Panamá⁶⁹ a qual prestaria valioso assessoramento à Embaixada brasileira naquela cidade, na coleta e análise de informações de inteligência em vasto espectro de temas securitários comentados neste artigo, e ainda no tocante a exportações brasileiras de produtos de defesa.

6.6. Meio ambiente.

Detecta-se vasta possibilidade de interação e cooperação entre o Brasil e a Mesoamérica na área de conservação ambiental – tendo em vista a capacitação brasileira na matéria, assim como a proximidade a semelhança entre biomas do Brasil e da ACC. A cooperação afigura-se, de resto, incontornável uma vez que a Bacia do Caribe configura entorno ambiental único, complexo, mutante e frágil, que requer vigilância e ação coordenada de preservação. Qualquer dano ecológico regional tende a afetar todos os países ribeirinhos ou insulares.

7. Conclusão.

Conforme exposto, o Brasil mantém relacionamento diplomático estável, mutuamente respeitoso e tradicional com os países da ACC. O Ministério das Relações Exteriores, como é de sua prática, cumpre agenda densa e consolidada na região, observando o planejamento vigente. Este artigo não contém crítica ao trabalho do MRE, antes pelo contrário, reconhece seu alcance, continuidade e correção. As sugestões formuladas transcendem a atuação diplomática tradicional. Preconiza-se um movimento de ampliação do escopo de presença e atuação brasileira na ACC que envolva o próprio Itamaraty, mas também Ministérios da Defesa, da Justiça, do Meio Ambiente e da Economia, órgãos fiscais e policiais federais, a estrutura

⁶⁹ Fechada em 1989, após a intervenção norte-americana que depôs o Governo o Governo Noriega e levou à extinção das FFAA panamenhas, substituídas por uma ampla força policial. Observe-se que a extinção das FFAA do Panamá não impediu todo um conjunto de potências internacionais e de países latino-americanos, salvo o Brasil, de seguir contando com adidos militares em suas respectivas embaixadas no País do Canal

governamental de cooperação técnica e outras esferas governamentais pertinentes, e ainda, com igual ênfase, o setor privado e a sociedade civil. Todas as agendas de relacionamento até aqui cumpridas na tradição relacional com a região necessitam ser estendidas e aprofundadas, em busca de uma ampliação histórica da presença brasileira na região e da construção de um renovado contexto de complexa e construtiva interdependência.

Recordou-se enfaticamente, no estudo, que o Brasil além de manter sólidos laços, no plano sócio-histórico, com a América Central e Caribe deve também ser considerado, de pleno direito, um “país caribenho” por critério geográfico já que dispõe de litoral em forma de crescente, em sua fachada litorânea norte, debruçado sobre o Caribe – *locus* de contato entre a *Amazônia Verde*, continental, e a *Amazônia Azul*, marítima, duas regiões identitariamente brasileiras. Expuseram-se características neutras, atrativas e, em alguns casos, negativas, da vida mesoamericana – todas da mais alta relevância. A densidade e caráter sensível do relacionamento brasileiro com a região justifica uma transversalização dos temas da ACC no planejamento político-administrativo nacional, abrangendo no terreno político-administrativo-diplomático as áreas temáticas de: contenção de crises; cooperação política em temas bilaterais e multilaterais; e cooperação setorializada: militar, policial, fiscal, comercial, científico-educacional, e ainda sobre políticas sociais e migratórias, políticas de transportes, e outras. Sobre muitas dessas temáticas foi possível formular um bloco sumário e inicial de sugestões, neste trabalho. Cada um dos temas aqui tocados, entretanto, requer aprofundamento e reflexão nas áreas especializadas do Governo brasileiro. É o caso, em especial, da temática de defesa aventada ao longo do trabalho, a qual deve ser repensada em áreas de planejamento militar precípua para avaliação de aspectos logísticos e propostas técnicas voltadas para uma maior participação brasileira nas ações coletivas garantidoras da segurança regional que possam escapar à perspectiva analítica puramente civil que permeia este texto.

Por seu potencial político, por sua capacidade administrativa e de planejamento, pelo dinamismo de sua vida social e de sua economia, por sua projeção internacional, capacidade de coordenação e mobilização no plano externo e seu comprovado compromisso democrático e pacificador, o Brasil está plenamente credenciado a incrementar sua interação e intercâmbio com os países e sociedades da região ACC. Estreitando laços com a região e nela ampliando sua presença obedecerá a uma vocação que lhe é natural e histórica. Atendendo a seus interesses nacionais, não deixará de responder, ademais, à expectativa dos próprios países da área, bem conscientes do caráter construtivo e cooperativo da atuação internacional do Brasil e do papel que a nação brasileira – ainda que sob as limitações ditadas pela equação geopolítica regional - pode desempenhar como polo de atração alternativo aos EUA, de forma a atenuar a relação de dependência profunda que a ACC mantém, por extensão, com o complexo regional de segurança da América do Norte. Será, por outro lado, bem recebido pelas potências extrarregionais influentes na América Central e Caribe, em particular os próprios EUA, pois dividirá responsabilidades e atividades voltadas para o estímulo à

progressão econômica sustentada, à securitização e à promoção humana e social nos países da ACC –fatores de garantia da estabilidade na região. O que se propõe, em resumo, é um novo olhar brasileiro sobre a estratégica vertente Norte do entorno nacional, na antevisão de um futuro de relacionamento intensificado entre o Brasil e a região da América Latina e Caribe, com efeitos multiplicadores sobre o desenvolvimento, a segurança e a estabilidade regionais.

REFERÊNCIAS

a) Livros, dissertação e artigos

BECKER'S, Marc. **History of U.S. Interventions in Latin America**. Disponível em: <http://www.yachana.org/teaching/resources/interventions.html>. Acesso em: 01 ago.2020.

BELLADONA, Alberto. Central America Between China and the United States 23 October 2019 ISPI. Italian Institute for International Political Studies. Italia.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed. UNESP, 2012. p. 51-75

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers. The structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.

COATSWORTH, John H. United States Interventions. **Revista Harvard Review of Latin American**. Cambridge, MA, spring/summer 2005. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/book/united-states-interventions>. Acesso em: 02.ago.2020.

COUTO e SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional. O Poder executivo e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1981. p.86.

DOS SANTOS, Teothônio. The Structure of Dependence. *In: Classical readings and contemporary debates in international relations*. Boston: Wadsworth, 1970.

GUERRERO, Javier C. **Innovation in the War on Drugs: Narcosubs**. Disponível em: <https://www.maritime-executive.com/editorials/innovation-in-the-war-on-drugs-narcosubs>. Acesso em: 04 set. 2020.

HAMANN, Eduarda Passarell; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. The characteristics of complex interdependence. *In: Classical readings and contemporary debates in international relations*. Boston: Ed. Wadsworth, 1977.

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. **Power and interdependence**. New York: Longman, 1989.

MACIEIRA, Flávio Helmold. **Is the Dependency Theory still a valid instrument for the analysis of the US-Brazilian political economic and cultural relationship?** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Dublin City University. Dublin 2002.

MCCULLOUGH, David. **The Path between the Seas. The Creation of the Panama Canal 1870-1914**. Nova York: Simon and Schuster Paperbacks, 1977.

MONTENEGRO. Fernando. **28 Anos do ataque à base de Selva do Traíra**. <https://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/32202/28-Anos-do-ataque-a-base-de-Selva-do-Traira/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PHILLIPS, Nicole; EDMONDS, Kevin. MINUSTAH: **Obstacle to democracy in Haiti**. Disponível em: <http://www.ijdh.org/2010/11/topics/politics-democracy/minustah-obstacle-to-democracy-in-haiti/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

QUENAN, Carlos. **La présence croissante de la Chine dans la Caraïbe : le cas de la République dominicaine**. La Caraïbe face à un ordre international émergent. Études Caribéennes. France, Université des Antilles, abril 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCOTT, Len; HUGHES, R. Gerald (ed.). **The Cuban Missile Crisis: A critical reappraisal**. New York: Routledge, 2015.

SULLIVAN, Mark P. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10982/3>. Acesso em: 01 ago.2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Cocaine from South America to the United States**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/toc/Reports/TOCTASouthAmerica/English/TOCTA_CACaribb_cocaine_SAmerica_US.pdf. Acesso em: 29 ago.2020.

b) Entrevistas:

Senhor Ex-Embaixador do Brasil em Trinidad e Tobago e na República Dominicana, José Marcos Vinícius de Sousa;

Senhora Embaixadora do Brasil no Panamá, Glivânia Maria de Oliveira;

Senhor Chefe do Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Márcio Fagundes do Nascimento;

Senhor Embaixador em Belize, Luciano Helmold Macieira.

Senhora Assessora Econômica da Embaixadora do Brasil no Panamá, Ana Paloma Cedeno Mendes da Silva.